



EDITAL Nº 01/2019

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ**, por meio do Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais - CAOCRIM, Dr. Sinobilino Pinheiro da Silva Júnior, no uso de suas atribuições legais e institucionais e nos termos do art. 129, II, c/c art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, no art. 38, IV, da Lei Complementar nº 12/93 e na Resolução nº 82/2012 (alterada pela Res. 159/2017) do Conselho Nacional do Ministério Público:

CONSIDERANDO a adesão da 1ª Promotoria de Justiça de Uruçuí ao projeto na área de segurança pública que integra o Plano Geral de Atuação do CAOCRIM, biênio 2018/2019, *No alvo, contra o tráfico de drogas*;

CONSIDERANDO que as audiências públicas se apresentam como um dos mais eficazes mecanismos pelos quais o cidadão, a sociedade organizada, os movimentos sociais e os órgãos públicos estatais, de forma democrática, transparente, dialética e plural, colaboram com o exercício de suas finalidades relacionadas ao zelo do interesse público e à defesa dos direitos e interesses fundamentais de modo geral;

CONVOCA A SOCIEDADE para participar de audiência pública, a fim de apresentar e lançar o projeto, na área de segurança pública, que integra Plano Geral de Atuação do MPPI (2018/2019), *No alvo, contra o tráfico de drogas*, idealizado pelo CAOCRIM e elaborado em conjunto com o Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Piauí - NUCEAC, conforme o presente Edital:

Art. 1º A audiência Pública realizar-se-á no **dia 02 de abril do ano corrente**, às **14h**, no auditório da Câmara Municipal de Uruçuí, localizado na Praça Luís Leite, S/N, bairro Malvinas, Uruçuí-PI.

Art. 2º A apresentação do projeto *No alvo, contra o tráfico de drogas* será aberta a toda a sociedade, ficando sua presidência sob responsabilidade do Coordenador do Centro de Apoio Criminal – CAOCRIM e do Promotor de Justiça Titular da 1ª Promotoria de Uruçuí.

Art. 3º Após a apresentação, haverá uma reunião apenas com os representantes de órgãos públicos, instituições e autoridades locais presentes, visando a formação da Comissão de Segurança Pública local.

DOS OBJETIVOS

Art. 4º São objetivos da audiência pública aproximar cada vez mais a Sociedade e o Ministério Público do Estado do Piauí, por meio da sua participação. Os representantes das instituições, os cidadãos, e toda a sociedade em geral, poderão opinar acerca do projeto, para resolução de problemas sociais.



DA PARTICIPAÇÃO DAS AUTORIDADES, ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL E PESSOAS INTERESSADAS

Art. 5º Serão convidados a participarem da audiência pública autoridades estaduais e municipais diretamente envolvidas no tema do projeto, membros de conselhos, operadores do direito, acadêmicos especialistas, representantes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, da Imprensa e da sociedade civil.

Parágrafo único. O Ministério Público divulgará o roteiro da audiência, no sítio eletrônico www.mppi.mp.br.

Art. 6º A participação da plateia observará os seguintes procedimentos:

I – É assegurado aos participantes o direito de manifestação oral ou por escrito, conforme disposição deste Edital;

II – As manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro da intenção para manifestação;

III – O tempo para manifestação oral dos participantes será de no máximo 05 minutos, podendo ser dilatado ou reduzido, em função do número de participantes e da duração total prevista, descontado o tempo das exposições iniciais; definido em função do número de participantes e da duração total prevista na agenda;

Parágrafo único: Situações não previstas no procedimento da audiência pública serão resolvidas por decisão do coordenador do Centros de Apoio.

Art. 7º Será elaborada ata circunstanciada, no prazo de 10 (dez) dias, que será divulgada no site do Ministério Público do Estado do Piauí.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A minuta deste edital encontra-se à disposição dos interessados no sítio eletrônico do MPPI e nos Diários do Ministério Público e da Justiça, bem como afixado na sede da Procuradoria Geral de Justiça.

Teresina, 18 de março de 2019.

SINOBILO PINHEIRO
DA SILVA
JUNIOR:83903836320

Assinado de forma digital por SINOBILO
PINHEIRO DA SILVA JUNIOR:83903836320
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Caixa
Econômica Federal, ou=AC CAIXA PF v2,
cn=SINOBILO PINHEIRO DA SILVA
JUNIOR:83903836320
Dados: 2019.03.19 11:23:02 -03'00'

Sinobilino Pinheiro da Silva Júnior
Promotor de Justiça



Coordenador do CAOCRIM